

O PRODETUR-SUL E OS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS DO PLANALTO SERRANO CATARINENSE

Renata Silva¹
Rodrigo Sommer²

RESUMO: O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR-SUL) possui em suas aspirações investir na infra-estrutura básica dos municípios selecionados dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul. Desta forma, o presente trabalho possui como objetivo analisar a situação dos municípios de Lages, São Joaquim e Urubici, quanto à Área Prioritária do PRODETUR-SUL. O Planalto Serrano Catarinense possui carência de fatores condicionantes para a consolidação e sustentabilização do turismo, envolvendo planejamento da gestão turística. O trabalho caracteriza-se como qualitativo-quantitativo, exploratório, e método de estudo de caso. A população e a amostragem são os órgãos públicos estaduais e municipais de turismo de Santa Catarina. Para coleta de dados utilizou-se levantamento bibliográfico, documental, entrevista e análise descritiva das informações. A partir dos resultados obtidos, constatou-se que o PRODETUR-SUL é de grande importância para o turismo catarinense. No entanto a quantidade e qualidade dos produtos turísticos do Planalto Catarinense não asseguraram a participação dessa região no programa.

PALAVRAS-CHAVE: prodetur-sul; planejamento; infra-estrutura.

Introdução

O PRODETUR (Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo) é um programa nacional desenvolvido pela EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo), desde a década de 90, possuindo caráter global de desenvolvimento turístico regional, estruturado e concebido pelos Governos Federal e Estaduais, através do financiamento do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento. O objetivo do programa é investir em infra-estrutura básica (saneamento básico, acesso, urbanização, e outros) a fim de proporcionar suporte ao desenvolvimento turístico local e investimentos da iniciativa privada para implantação de equipamentos turísticos, ampliando assim a infra-estrutura turística.

Assim, o programa foi iniciado na região nordeste, chamado de Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), possibilitando diversos investimentos e melhorias nos nove estados dessa região.

¹ Pesquisadora professora mestre Renata Silva do Curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Centro de Educação – São José.

² Pesquisador graduando do Curso de Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) Centro de Educação – São José.

A região sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), juntamente com o Estado do Mato Grosso do Sul pertencente à região centro-oeste, se uniram para a captação e implementação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR-SUL), iniciado em dezembro 1996. Os oito anos da concepção do PRODETUR-SUL não foram suficientes para a efetiva implantação de suas ações estruturais e não estruturais. Entretanto, no início de 2005 percebeu-se o engajamento dos quatro estados e a possível implantação das ações na Área Prioritária.

O programa conta com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Coordenação Nacional do Ministério do Turismo e a participação, no âmbito do Governo Federal, do Ministério do Planejamento (SEAIN) e do Banco do Brasil. Nos estados, o programa é executado pelas Unidades de Coordenação Estaduais (UCE), vinculadas as Secretarias de Estado. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p. 5).

O PRODETUR-SUL em Santa Catarina foi estruturado por meio do estudo da atividade turística dos municípios para formatação da Área Prioritária. Para tal, a Área Prioritária deve agregar equipamentos e serviços turísticos, como também, atrativos com potencial para captar, principalmente, turistas internacionais.

Assim, a Área Prioritária de Santa Catarina é formada por 13 municípios, sendo 10 localizados no litoral e 3 na região do Vale do Itajaí (norte do Estado).

Entretanto, o Planalto Serrano Catarinense que é visto atualmente como um produto turístico diversificado, em nível regional e estadual não foi inserido na Área Prioritária oficial do programa.

Os atrativos históricos, culturais, naturais e aventureiros da Serra Catarinense colocam a disposição dos turistas um leque de opções turísticas a serem desfrutadas e em nível estadual, os atrativos turísticos da região complementam o produto turístico catarinense.

O turismo do Estado de Santa Catarina transcende os elementos básicos de atratividade que um destino turístico pode apresentar. São encontrados no Planalto Serrano Catarinense, grande presença de atrativos turísticos do Estado, dos quais são representados pela história, cultura, natureza, aventura, eventos, sol e praia, águas termais, *surf*, entre outros.

A região serrana possui *cânions*, cachoeiras, campos, florestas de araucária, picos com quase 2000 m de altitude, frio, neve, turismo rural, turismo de aventura, cultura campeira, inscrições rupestres, entre outros atrativos turísticos. Contudo, esses atributos não foram suficientes para que os municípios do Planalto Serrano Catarinense participassem do PRODETUR-SUL.

Diante disso, torna-se necessário um estudo sobre a situação dos municípios do Planalto Serrano Catarinense quanto à Área Prioritária do programa. Assim, emergem os seguintes questionamentos:

- O fato de o Planalto Serrano Catarinense ser a região mais fria do Brasil e a pioneira do turismo rural no Estado, não é o suficiente para que o Governo de Santa Catarina invista e incentive a atividade turística da região através do PRODETUR-SUL?
- Quais foram os critérios adotados pelos coordenadores do BID e seguidos pelos Estados para selecionar os municípios prioritários do PRODETUR-SUL?

A análise da situação dos municípios de Lages, São Joaquim e Urubici, localizados no Planalto Serrano Catarinense, quanto à Área Prioritária do PRODETUR-SUL é o objeto deste trabalho que apresenta além das perguntas norteadoras do estudo mencionadas acima, os objetivos geral e específicos, os procedimentos metodológicos contendo a definição dos métodos, materiais e campo de pesquisa. Os procedimentos adotados para coleta e análise dos dados, a fundamentação teórica da pesquisa por meio da análise das bases conceituais envolvidas ao tema e posteriormente, os resultados do estudo e a análise e discussões da pesquisa.

Objetivo geral

Analisar a situação dos municípios de Lages, São Joaquim e Urubici, localizados no Planalto Serrano Catarinense, quanto à Área Prioritária do PRODETUR-SUL.

Objetivos específicos

- Identificar os municípios catarinenses que o PRODETUR-SUL selecionou como Área Prioritária;
- Constatar a necessidade de investimentos governamentais nos municípios (Lages, São Joaquim e Urubici) do planalto serrano catarinense;
- Identificar o potencial turístico (ofertas, produtos e serviços) destes municípios;
- Descrever os projetos elaborados desta região;
- Apontar os critérios que o PRODETUR-SUL adotou para selecionar os municípios como Área Prioritária.

Metodologia

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa realizada no período de 23 de abril de 2004 a 03 de fevereiro de 2005, com bolsa de pesquisa do artigo 170 UNIVALI/Governo Estadual, que objetivou a participação dos municípios de Lages, São Joaquim e Urubici na Área Prioritária oficial do PRODETUR-SUL, além de buscar informações relevantes que possibilitaram o conhecimento das metas, diretrizes e objetivos deste programa.

Esse estudo caracteriza-se como qualitativo-quantitativo. Quanto aos objetivos configura-se como exploratório. Gil (1991, p.45) afirma que estas pesquisas objetivam “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

O método de procedimento é o estudo de caso. Segundo Dencker (2000, p.127):

É o estudo profundo exaustivo de determinados objetos ou situações. Permite o conhecimento em profundidade nos processos e relações sociais [...] o estudo de caso pode envolver exame de registros, observação de ocorrência de fatos, entrevistas estruturadas e não-estruturadas ou qualquer outra técnica de pesquisa.

População e amostragem

A população da pesquisa são os órgãos públicos de Santa Catarina, entre eles, Secretarias Estaduais, Secretarias Municipais de Turismo dos municípios da Área Prioritária e do Planalto Serrano Catarinense. A amostra é caracterizada pelo Secretário da Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte (SOL), Secretários de Turismo dos Municípios da Área Prioritária e do Planalto Serrano Catarinense, Coordenador Executivo da Unidade de Coordenação Estadual (UCE) do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR-SUL) e Coordenador de Planejamento do IPUF (Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis).

Coleta de dados

A técnica de coleta de dados foi realizada por três maneiras: levantamento bibliográfico, documental e entrevistas.

A revisão bibliográfica para esta pesquisa, visou o fenômeno turístico e sobre as funções do órgão público de turismo. Por meio da análise documental, foi possível identificar o processo de desenvolvimento do PRODETUR-SUL e as suas características no Estado de Santa Catarina.

Foram realizadas entrevistas (caráter informal), com o Coordenador Executivo da Unidade de Coordenação Estadual (UCE) do PRODETUR-SUL e com o Coordenador de Suporte Técnico e

de Operação, com a aplicação de questionários semi-estruturados, com perguntas semi-abertas específicas ao problema. Além disso, foram aplicados questionários com a mesma estrutura, entre os períodos de 26/07/04 a 28/09/04, ao Secretário da SOL, Coordenador de Planejamento do IPUF, secretários de turismo dos municípios da Área Prioritária (Balneário Camboriú, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Itajaí, Joinville, Navegantes, Pomerode e Porto Belo) e do Planalto Serrano Catarinense (Lages, São Joaquim e Urubici).

Análise e interpretação dos resultados

Por possuir caráter qualitativo os dados coletados foram analisados por meio da aplicação da técnica descritiva, buscando delinear os elementos que atendem aos objetivos da pesquisa. Assim sendo, os resultados foram interpretados e comentados dentro de um contexto global, investigando-os profundamente, considerando os relatos das entrevistas e demais informações disponíveis.

Fundamentação teórica

A revisão teórica para a compreensão e desenvolvimento deste estudo foi baseada em documentos públicos (nacional, estadual e municipais) e em fontes autorais teóricas do meio acadêmico do turismo.

A OMT – Organização Mundial do Turismo (2001, p. 38) define que o turismo envolve “atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano com finalidade de lazer, negócios e outras”, afirmando se tratar de uma definição ampla e flexível que concretiza as características mais importantes do turismo. (SILVA, 2004).

O turismo e o meio ambiente estão inteiramente ligados e são interdependentes. Se o turismo cresce, precisa-se encontrar a melhor relação entre os dois tópicos e torná-lo mais sustentável.

Segundo Ruschmann e Widmer (2001, p. 67 apud SILVA, 2004, p. 51) o turismo sustentável é “aquele que ocorre em harmonia com os recursos naturais, culturais e sociais das regiões turísticas receptoras, preservando-os para as gerações futuras”. O conceito de turismo sustentável tem sido ligado ao conceito de meio ambiente, mas “também diz respeito ao ambiente cultural e social, assim como está preocupado com a viabilidade econômica a longo prazo” (SWARBROOKE, 2000, p. 100 apud SILVA, 2004, p. 51-52).

O processo de planejamento é indispensável para o desenvolvimento do turismo sustentável. Há diversas definições para planejamento, devido ao seu caráter humano e dinâmico.

Entretanto, todas estas definições apresentam duas idéias principais: a de complexidade e a de ação voltada para o futuro.

Planejar é determinar os objetivos a serem alcançados e decidir antecipadamente as ações apropriadas que devem ser executadas para atingir esses objetivos. Segundo Harry e Spink (apud TURISMO VISÃO E AÇÃO – GLOSSÁRIO, 2000, p. 21) planejamento “é o desenvolvimento de estratégias que permitam a uma organização comercial visualizar as oportunidades de lucros em determinados segmentos de mercados”.

O planejamento turístico com o passar do tempo foi se modificando, passando de um enfoque físico e promotor do destino, para um enfoque mais integral, visando atender as necessidades dos atores sociais, empresas envolvidas e turistas. Paralelamente preocupando-se com as questões ambientais, sociais, econômicas e culturais, que envolvem o turismo.

Ao analisar o planejamento turístico do Brasil, observasse um leque de obstáculos para a realização do mesmo.

O planejamento racional do turismo implica a existência de políticas públicas: de saneamento, saúde, transporte, de proteção ao consumidor, de distribuição de renda. Esse tipo de planejamento exige, geralmente, objetivos de médio e longo prazos, e imposição de limites às áreas de atuação e ao lucro imediato, o que é inaceitável para os capitais que operam nessas áreas de negócios. (BARRETTO; BURGOS; FRENKEL, 2003, p.36).

É visto que, a ação pública brasileira mostrasse deficiente, porém, existem alguns programas para o desenvolvimento do turismo, que amenizam esse perfil. Para exemplo disso, é possível citar o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR-SUL), que visa como meta finalística, incrementar a participação da receita turística da região sul na economia nacional.

O turismo na região sul do Brasil vem apresentando, em algumas áreas, a necessidade de intervenção do poder público para a revitalização, dinamização, conservação ou mesmo recuperação de seus atrativos principais, de forma a manter sua potencialidade como atividade econômica alternativa. O PRODETUR-SUL foi concebido para incentivar o turismo, com o foco principal na correção e dinamização dos fatores mencionados, fortalecimento do município e da participação social. (SANTA CATARINA, 2003). Além disso, o programa possui em suas aspirações, investir na infra-estrutura básica dos municípios selecionados.

O PRODETUR-SUL está sendo desenvolvido pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul e a sua implementação nesses estados dá-se a partir da seleção de áreas denominadas de “Área Turística”. (SANTA CATARINA, 2003).

É preciso falar ainda, sobre a bem sucedida implantação do Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE), que contemplou os nove estados dessa região. A aplicação dos recursos também financiada pelo BID proporcionou a melhoria dos aeroportos, portos, rodoviárias, rede de água e esgoto, recuperação do patrimônio histórico, proteção ambiental, e limpeza urbana.

Portanto, espera-se do PRODETUR-SUL, o mesmo sucesso do PRODETUR-NE, e que esse proporcione aos municípios da área prioritária de Santa Catarina, a melhoria da qualidade de vida da população, criação de novos postos de trabalho, e a concepção de novos produtos, equipamentos e serviços turísticos que busquem satisfazer as necessidades dos turistas que visitam o Estado de Santa Catarina.

Programa de desenvolvimento do turismo no sul do Brasil– PRODETUR-SUL

O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR-SUL) possui o objetivo de recuperar a participação da economia da região sul no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. A seguir alguns dos objetivos específicos do programa (SANTA CATARINA, 2003):

- Priorizar as áreas com alto grau de atratividade natural, cultural e étnica, buscando transformá-las em destino consolidado;
- Promover a integração dos esforços entre o setor público, a iniciativa privada e a comunidade das áreas selecionadas de forma a garantir a sustentabilidade do desenvolvimento turístico;
- Dotar as áreas selecionadas da infra-estrutura e dos serviços públicos necessários à atração dos investimentos privados voltados para a exploração econômica dos produtos turísticos existentes e potenciais;
- Garantir a participação da comunidade local em todo o processo decisório sobre a identificação, seleção e implementação das ações em cada área selecionada.

O PRODETUR-SUL abrange as áreas consideradas como prioritárias para o desenvolvimento do turismo em quatro Unidades da Federação: Mato Grosso do Sul, na região da Serra da Bodoquena; no Paraná os nove municípios situados à margem esquerda do Lago de Itaipu; no Rio Grande do Sul a Área Prioritária compreende catorze municípios da Serra Gaúcha e; em Santa Catarina, um grupo de municípios litorâneos situados entre a divisa com o Paraná e Florianópolis, mais dois municípios do interior.

Os treze municípios catarinenses serão contemplados com 87 ações (ver quadros 1, 2, 3, 4, 5 do anexo A), das quais 29 dariam início ao programa em janeiro de 2005, sendo que estas e as 58

ações restantes deveriam ser realizadas no prazo máximo de quatro anos. Do total de recursos que poderão variar entre US\$60.000.000,00 (sessenta milhões de dólares) a US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares) de dólares, 60% serão financiados pelo BID, e os 10% e 30% restantes serão as contrapartidas dos Governos Federal e Estadual respectivamente.

Quanto ao pagamento, o Estado será responsável em saldar a dívida com o BID, o prazo acertado foi de sete anos de carência e trinta e cinco anos para liquidar o compromisso, entretanto os municípios deverão pagar ao Estado no mínimo 20% dos recursos que receberem do programa.

A Unidade de Coordenação Estadual (UCE) do PRODETUR-SUL teve que solucionar alguns problemas para que os representantes do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) aprovassem a atual Área Prioritária de Santa Catarina. Os problemas foram, a reprovação do Perfil da Área Prioritária (PAT) em 2002, devido essa área não obter as características de sustentabilidade e competitividade turística, resistência dos representantes do BID em beneficiar outros municípios além de Balneário Camboriú e Florianópolis e a dificuldade dos gestores públicos do Estado modificarem seus perfis políticos, por um perfil técnico. Esses problemas proporcionaram ao Estado de Santa Catarina, um atraso de um ano em relação aos outros estados que fazem parte do PRODETUR-SUL.

É preciso falar que o BID possui uma visão técnica, isto é, planeja e investe sem intenções políticas. Esse perfil conflita com a maneira política que possuem os gestores públicos nacionais, ou seja, desejam ter benefício pessoal de qualquer planejamento e investimento.

A transitoriedade política e as deficiências das administrações públicas, no País em geral, representam uma ameaça constante ao controle de qualidade de planos e programas complexos e extensos. E, neste aspecto, o PRODETUR-SUL é um programa altamente suscetível, porque abrange vários municípios e diferentes setores da administração (saneamento, urbanismo, transporte, planejamento, turismo, educação, meio ambiente), exigindo uma coordenação eficaz para que se mantenha unidade e articulação entre suas atribuições e propósitos. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.31).

Por esse motivo, o BID estabeleceu algumas regras para o PRODETUR-SUL, uma delas diz respeito à permanência efetiva da UCE durante e depois da implementação das ações, para evitar que mudanças de governos alterem a equipe determinada pelos coordenadores do banco.

Para documentar as diretrizes, objetivos e metas do PRODETUR-SUL em Santa Catarina, a UCE elaborou dois documentos interdependentes, sequenciais e complementares, respectivamente o

Perfil da Área Turística (PAT) e o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS).

O PAT tem o objetivo de selecionar e apresentar a Área Turística Prioritária (ATP), resultando na definição da Área de Amostra do Estado de Santa Catarina junto ao PRODETUR-SUL. Para a delimitação da Área Prioritária, leva-se em consideração a necessidade de contemplar uma área geograficamente turística suficiente para a composição de elementos que formem uma imagem forte e agregada por elementos complementares que amplie significativamente a força de atração de fluxos internacionais, ou seja, que motive diferentes tipos de demanda a consumirem produtos turísticos de Santa Catarina, seja por motivação própria ou por motivação induzida através de campanhas promocionais específicas. (SANTA CATARINA, 2003).

Baseado no Perfil da Área Turística (PAT), o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) é um instrumento de planejamento do turismo que visa à exploração racional dos recursos turísticos, em respeito com o meio ambiente natural e construído e com a identidade das populações residentes onde o turismo acontece. O objetivo geral do PDITS é revisar e detalhar a estratégia turística proposta pelo PAT, visando o desenvolvimento sustentável do turismo na Área Prioritária, considerando metas, investimentos, prioridades e impactos.

Assim, o que se propõe é uma área turística que abrange atrativos diversificados e complementares, de forma a fomentar o turismo durante o ano todo, consolidando a atividade como foco econômico menos sazonal e permitindo, portanto sua sustentabilidade. Desta forma, a Área turística Prioritária de Santa Catarina é formada pelos seguintes municípios (ver figura anexo B): Balneário Camboriú, Blumenau, Bombinhas, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Itajaí, Itapema, Joinville, Navegantes, Penha, Pomerode, Porto Belo e São Francisco do Sul.

Caracterização dos municípios do Planalto Serrano Catarinense

Lages

No anexo C pode ser observado o mapa de localização e projeção dos municípios de Lages, São Joaquim e Urubici.

O município de Lages está situado na região centro-sul do Estado de Santa Catarina, possui 160.000 habitantes e uma área de 2.645Km². A cultura da cidade é marcada pela colonização italiana, espanhola e alemã. A atividade turística desse município cresce de maneira espetacular,

pode-se dizer que esse crescimento é advindo das práticas do turismo rural, turismo de aventura e da grande Festa Nacional do Pinhão.

O turismo rural possui a maior representatividade das atividades turísticas do município, seu fomento está ligado à preocupação dos envolvidos com essa atividade, isto é, iniciativa pública e privada em melhorar os equipamentos (hotéis fazenda), qualificar a mão-de-obra e divulgar esse tipo de turismo no Brasil e no mundo. O turismo de aventura conquista seu espaço através de esportes radicais praticados nas áreas urbana e rural de Lages. Há no município esportes como: parapente, *rapel* e desbravassões das matas do município com jipes radicais.

Iniciada em junho de 1989 a Festa Nacional do Pinhão, reúne características culturais, gastronômicas, étnicas e tradicionais do município.

São Joaquim

O município de São Joaquim localizado na parte sul do estado possui uma área de 1.888 Km², sua população está estimada em 22.790 habitantes.

É fácil observar que o principal atrativo turístico de São Joaquim é o frio, já que é a cidade mais fria do Brasil, cujas temperaturas no inverno podem chegar a -5°C, as cachoeiras ficam congeladas e os campos cobertos de neve. Destaca-se também o Parque Nacional de São Joaquim, a beleza da Serra do Rio do Rastro, os campos e as araucárias que se sobressaem entre cachoeiras, vales e rios, e a Festa Nacional da Maçã que atrai milhares de turistas.

Urubici

A cidade de Urubici, localizada na região sudeste do Estado de Santa Catarina, possui uma área de 1.017Km² e 10.236 habitantes. O povo dessa cidade possui descendências das culturas luso brasileira, africana, alemã e italiana.

Urubici está localizada no vale do rio Canoas, que tem sua nascente no ponto mais alto da topografia catarinense, no Campo dos Padres. É necessário destacar o Morro da Igreja, ponto mais alto do sul do Brasil, com altitude de 1.827m, como também a Cascata do Avencal, a Cascata do Morro da Igreja, e a Cascata do Rio dos Bugres (SANTA CATARINA, 2004).

O Planalto Serrano Catarinense *versus* a área prioritária

O Planalto Serrano Catarinense possui o título de pioneiro do turismo rural em Santa Catarina, entretanto, esse título não vem sendo utilizado nas estratégias de *marketing* turístico da região. É fundamental enfatizar essa marca que agregada à melhoria nas infra-estruturas básica e turística, proporcionará a diversificação e qualificação do produto turístico serrano catarinense.

Fica cada vez mais difícil adiar a consolidação da Serra Catarinense como passagem obrigatória de turistas nacionais e internacionais que chegam ao Estado. É dada essa percepção quando analisada a demanda turística 2003 de Lages, principal município da Serra Catarinense, que segundo a SANTUR (Santa Carina Turismo S/A) recebeu no ano referente 41000 turistas, deixando uma receita de US\$ 1.888.559,07 de dólares.

Existem ações e projetos que visam melhorar a recepção dos turistas que chegam a serra, tais como a criação do *Convention and Visitors Bureaus* da Serra Catarinense (CVBSC), elaboração do planejamento estratégico de desenvolvimento sustentável do turismo da serra catarinense e a realização do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento territorial da Serra Catarinense (PNUD), porém é preciso mais investimentos na atividade turística da região. Observa-se isso quando a primeira notícia dada pelos veículos de comunicação, sobre a possibilidade de nevar em São Joaquim atrai milhares de turistas ao município mais frio do País. Entretanto, esse fenômeno climático de grande atratividade turística, se transforma muitas vezes em uma experiência frustrante a alguns turistas que são obrigados a pernoitarem em seus automóveis, devido à pequena quantidade de leitos da rede de hospedagem do município.

Além disso, percebe-se em Lages, São Joaquim e Urubici problemas com saneamento básico, um dos principais motivos desse problema está ligado à ausência de investimentos nos planos diretores municipais que viabilizam o uso e ocupação correta do solo.

Está no mais representativo programa de turismo nacional, Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR-SUL), a oportunidade da serra catarinense se tornar um destino turístico sustentável, organizado e competitivo.

É necessário frisar que parte dos recursos do PRODETUR-SUL fornecidos a Santa Catarina, serão destinados em um segundo momento a serra catarinense, porém essa região deveria participar da área Prioritária oficial do Estado, devido seu potencial turístico.

Se analisada a Área Prioritária do programa percebe-se que alguns municípios que serão beneficiados, como Penha e Navegantes, não apresentam tamanha relevância. Ambos serão beneficiados somente com duas obras não-estruturais e uma obra estrutural regional, são elas:

adequação dos planos diretores municipais, fortalecimento da gestão pública municipal e implantação da rodovia turística Navegantes – Penha (interpraias norte).

Além disso, os municípios da Área Prioritária apresentam em maior ou menor dimensão, problemas com enchente.

De acordo com a caracterização da drenagem pluvial apresentada no PDITS, a maior parte das cidades não tem boa cobertura de rede de drenagem pluvial e mesmo quando a tem, como em Itajaí (95% de cobertura do sistema viário), São Francisco do Sul e Blumenau, sofre inundações localizadas por efeito das marés e das altas pluviosidades em áreas indevidamente ocupadas. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004, p.16).

A manutenção da qualidade da água é outro problema encontrado nos municípios da Área Prioritária. Os balneários mais freqüentados, Bombinhas, Itapema e Porto Belo, apresentam em sua maioria condições de balneabilidade imprópria, comprometidos pela destinação de esgotos domiciliares; o uso incorreto e ocupação do solo causaram a destruição de mangues, dunas e do patrimônio natural, sobretudo em Bombinhas, Itapema, Governador Celso Ramos e Penha; na região norte, onde predomina o setor metal-mecânico, os maiores indicadores da poluição são os metais pesados, encontrados em níveis preocupantes na Lagoa de Saguauçu e na Baía da Babitonga (São Francisco do Sul e Joinville), sendo sensível também à queda da produção pesqueira da região; no vale do Itajaí, onde a indústria têxtil ganha destaque, os rios vêm sendo continuamente contaminados por efluentes de difícil qualificação. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004).

No entanto, esses problemas são ausentes nos municípios analisados do Planalto Serrano Catarinense, já que a localização geográfica e as condições urbanas desses municípios impedem problemas com enchentes e com a qualidade da água, demonstrando que a região não acarretaria muitos empecilhos para o desenvolvimento do PRODETUR-SUL.

Por todas essas idéias apresentadas, o Planalto Serrano Catarinense demonstra grande potencial turístico, mas a atividade turística do local apresenta dificuldades quanto à gestão e planejamento, de forma que os coordenadores do BID poderiam modificar o enfoque do PRODETUR-SUL, no sentido de beneficiar destinos turísticos que tendem a suprir as necessidades da demanda turística internacional.

Considerações finais

Com a análise das informações foi possível verificar a diferença entre a teoria e a prática do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil (PRODETUR-SUL) e as dificuldades

que prejudicam o desenvolvimento da atividade turística nos municípios da Área Prioritária e do Planalto Serrano Catarinense.

O programa busca minimizar a falta de capacitação profissional, o baixo nível de participação da iniciativa privada para o fomento do turismo estadual e problemas com a infraestrutura viária, saneamento básico, e urbanização, através da recuperação das áreas degradadas ou em risco, formatação de novos equipamentos, serviços e atrativos turísticos, geração de emprego e renda, proteção ao meio ambiente e por fim através da sustentabilidade econômica, social, cultural, histórica e ambiental que englobam todos os enfoques citados acima.

Entretanto, essas condições não serão atendidas a todos os municípios do programa. Em Itajaí, por exemplo, irão permanecer a ausência de investimentos em áreas como o turismo de eventos e o turismo cultural. Verifica-se isso ao analisar as propostas de ações do município (conforme anexo A).

Outra questão observada e não atendida, trata sobre a ausência de ações que visam minimizar a incompatibilidade de leis, que provocam problemas ao desenvolvimento da atividade turística da Área Prioritária. As ações que tratam da legislação municipal, estão alentadas a adequação dos planos diretores municipais. Entretanto, a adequação desses planos não minimizam os problemas causados pela incompatibilidade das diferentes esferas da legislação do País.

Deve-se a isso, a morosidade de instalações de equipamentos turísticos em área litorâneas, nos municípios de Florianópolis e Joinville.

Da mesma maneira, o programa não elaborou ações de melhoramento da estrutura física das secretarias de turismo de Governador Celso Ramos, Bombinhas e Porto Belo, essas secretarias são pequenas e desestruturadas, quanto à falta de recursos financeiros, humanos e organizacionais.

De acordo com informações disponíveis, a cidade de Governador Celso Ramos apresenta condições de saneamento básico muito precárias, inclusive para abastecimento de água e não há, entre as ações do PDITS, nenhuma ação prevista para melhoria de infra-estrutura em saneamento no município.

Verificou-se ainda, a diferença do nível de envolvimento dos municípios com o programa, isso se deve a problemas técnicos e políticos. A exemplo disso, tem-se a dificuldade de participação de Itajaí no desenvolvimento do programa, que foi prejudicada pela rotatividade de vinte e um secretários de turismo em oito anos, isso proporciona o desconhecimento do estágio em que se encontra o programa. O município de Governador Celso Ramos também possui problemas de

participação no programa, pois o secretário de turismo do município ao ser entrevistado não tinha noção dos recursos e das ações que contemplariam o município.

Foram unânimes os secretários de turismo de Lages, São Joaquim e Urubici, quando descreveram a exclusão do Planalto Serrano Catarinense, como resultado de problemas técnicos e políticos. Os três municípios possuem grandes potencialidades e uma oferta turística de qualidade, mas essas qualidades não foram decisivas para competir com a representatividade turística do litoral catarinense e com os fatores da política externa tais como, a resistência dos administradores públicos da Serra Gaúcha em aceitarem a ascensão da atividade turística da Serra Catarinense e a ausência de vontade política do governo do Estado de Santa Catarina.

Obtiveram-se também informações, que a Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte (SOL) implementará as áreas do Turismo, Esporte e Cultura no Estado de Santa Catarina, através do Plano de Desenvolvimento Integrado do Lazer (PDIL).

Para finalizar, foi possível saber que devido ao pedido do Governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, aos coordenadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a serra catarinense será beneficiada pelo PRODETUR-SUL. Esse benefício ocorrerá com a liberação de uma reserva dos recursos do programa, que dará início em um segundo momento a elaboração do PAT e do PDITS do Programa Serra Catarinense. Entretanto, esse benefício não se encontra atestado em nenhum documento oficial do programa, salvo que essa informação foi repassada pela Unidade de Coordenação Estadual do PRODETUR-SUL. Por esse motivo ficam as dúvidas sobre o beneficiamento do Planalto Serrano Catarinense, já que não se sabe quanto e quando a região receberá os recursos, quais os municípios que serão beneficiados e se essa reserva do programa será suficiente para realização das ações na Serra Catarinense a não prejudicar a implementação das ações dos municípios da Área Prioritária oficial do PRODETUR-SUL.

Dado o exposto, o PRODETUR-SUL deveria selecionar e investir no Planalto Serrano Catarinense por ser uma área que possui grande atratividade e onde se pode criar roteiros turísticos integrados para se obter maior oferta turística, já que a própria temperatura é um diferencial quando comparado a outros municípios.

Referências Bibliográficas

BARRETTO, Margarita; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. Turismo, políticas públicas e relações internacionais. Campinas: Papyrus, 2003.

- BELA SANTA CATARINA. Disponível em:
<www.belasantacatarina.com.br/planalτοςerrano>. Acesso em: 17 ago. 2004.
- DENCKER, Ada de Freitas M. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 2000.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GUIA NET. Disponível em: <www.guianet.com.br/guiacidades>. Acesso em: 06 set. 2004.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria de Programas de Desenvolvimento do Turismo; Diretoria de Programas Regionais de Desenvolvimento. Programas de desenvolvimento do turismo no sul do Brasil – PRODETUR-SUL: avaliação ambiental programática (AAP) Santa Catarina. Brasília: jul. 2004.
- OMT – Organização Mundial do Turismo. CÓRNER, Dolores Martin Rodriguez (Trad.). Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.
- RUSCHMANN, Dóris; WIDMER, Glória. Planejamento turístico. In: Turismo: como aprender, como ensinar. 2. ed. vol. 2. São Paulo: Senac, 2002.
- SANTA CATARINA. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br>>. Acesso em: 13 jul. 2004.
- SANTA CATARINA. SOL – Secretaria de Estado da Cultura, Turismo e Esporte. Programa de desenvolvimento do turismo no sul do Brasil – PRODETUR-SUL: perfil da área turística. Florianópolis: jul. 2003.
- SILVA, Renata. O turismo religioso e as transformações sócio-culturais, econômicas e ambientais em Nova Trento – SC. 2004. Dissertação de Mestrado em Turismo e Hotelaria, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI, Balneário Camboriú: 2004.
- SWARBROOKE, John. Turismo sustentável: conceito e impacto ambiental. Vol. 2. São Paulo: Aleph, 2000.
- TURISMO VISÃO E AÇÃO – GLOSSÁRIO. Curso de Mestrado em Turismo e Hotelaria. UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI. Ano 2. n. 4. Editora UNIVALI: Itajaí, 2000.

**ANEXO A – AÇÕES DO PRODETUR –SUL DE ACORDO COM OS COMPONENTES DOS
QUADROS UM, DOIS, TRÊS, QUATRO E CINCO**

QUADRO 1 – COMPONENTE UM: FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E APROVEITAMENTO DOS BENEFÍCIOS PROPORCIONADOS PELO TURISMO

REGIONAL
Fortalecimento da Unidade de Coordenação Estadual – UCE
Fortalecimento da gestão estadual do turismo
Capacitação de agentes do setor público de turismo
Estudo e implantação de programa de capacidade de carga na Área Prioritária
BALNEÁRIO CAMBORIÚ
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
BOMBINHAS
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
BLUMENAU
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
FLORIANÓPOLIS
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
GOVERNADOR CELSO RAMOS
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
ITAJAÍ
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
ITAPEMA
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
JOINVILLE
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
NAVEGANTES
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
PENHA
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
POMERODE
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
PORTO BELO
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal
SÃO FRANCISCO DO SUL
Adequação do plano diretor
Fortalecimento da gestão pública municipal

Fonte: Ministério do Turismo, 2004.

QUADRO 2 – COMPONENTE DOIS: MELHORA DOS ATRATIVOS E DE SUA GESTÃO

REGIONAL
Revitalização do roteiro rural Blumenau/Pomerode (via Vila Itoupava)
Identificação do circuito integrado de ecoturismo
BALNEÁRIO CAMBORIÚ
Revitalização do parque da SANTUR (Santa Catarina Turismo S/A);
BLUMENAU
Revitalização do entorno do complexo turístico da PROEB (Fundação Promotora de Exposições de
Implantação do Ecoparque (Usina do Salto)
Revitalização do patrimônio cultural e do centro histórico
Resgate e ampliação do antigo porto (rio Itajaí-Açú)
FLORIANÓPOLIS
Revitalização do patrimônio cultural do Centro/Ribeirão da Ilha/Santo Antônio de Lisboa
Elaboração do plano de manejo do Parque Florestal da Lagoa do Peri
Reestruturação dos circuitos dos fortes (sinalização, receptivo, etc)
Urbanização da rodovia BR 282 (trecho da BR 101 à Ilha de Santa Catarina)
ITAJAÍ
Urbanização e implementação do corredor turístico (Av. Beira Rio)
JOINVILLE
Urbanização e implementação do roteiro turístico (rota do turismo rural - estrada Dona Francisca/Piraf)
Revitalização do centro histórico/estação ferroviária
Urbanização do caminho turístico (Boulevard Cachoeira)
Revitalização da infra-estrutura de acesso ao parque de feiras Expoville
POMERODE
Revitalização do complexo Weege (centro cultural)
Implementação de rodovias turísticas (estruturação dos roteiros existentes)
SÃO FRANCISCO DO SUL
Urbanização e implementação da rota turística (centro histórico/aeroporto)
Revitalização do centro histórico

Fonte: Ministério do Turismo, 2004.

QUADRO 3 – COMPONENTE TRÊS: INFRA-ESTRUTURA PARA PERMITIR ACESSO, PROVER SERVIÇOS PÚBLICOS E CONTROLE DE IMPACTOS AMBIENTAIS

REGIONAL
Implantação de portais de acesso à Área Prioritária
Implantação do sistema de abastecimento e tratamento de água em Bombinhas e Porto Belo
Implantação da rodovia turística (Navegantes/Penha – Interpraias Norte)
Implantação da rodovia turística (Bombinhas/Porto Belo via Zimbros)
Implantação da rodovia turística (Itapema/Porto Belo)
Implantação da rodovia turística (Balneário Camboriú/Itajaí)
Saneamento básico da bacia do Rio Camboriú
BALNEÁRIO CAMBORIÚ
Canalização do Rio Marambaia
BOMBINHAS
Implantação do saneamento básico (rede de estação de tratamento de esgoto)
BLUMENAU
Implantação de infra-estrutura de acesso ao CIEF (<u>Centro de Integração de Eventos e Feiras</u>)
FLORIANÓPOLIS
Construção de trapiches municipais - orlas da Lagoa da Conceição, Barra da Lagoa, Ponta das Canas
Construção do terminal marítimo de passageiros (Canasvieiras/Ingleses)
Implementação da rodovia turística (Praia do Santinho)
Construção do mirante da Baleia Franca no Pântano do Sul
Implementação da rodovia turística (Lagoa da Conceição)
Implantação de saneamento básico (rede de estação de tratamento de esgoto - Lagoa da Conceição e
Recuperação da ponte Hercílio Luz (1ª etapa)
GOVERNADOR CELSO RAMOS
Implementação da rodovia turística (acesso à Praia de Palmas)
Implementação da rodovia turística (Ganchos de Dentro, de Fora e do Meio)
Construção do mirante da Baía dos Golfinhos
ITAJAÍ
Implantação do Museu Oceanográfico
ITAPEMA
Construção do terminal marítimo de passageiros (deck no canto da praia)
Implantação do saneamento básico (rede e estação de tratamento de esgoto)
JOINVILLE
Construção do terminal marítimo de passageiros (Portal do Mar)
Implementação da rodovia turística (Rota do Encanto)
PORTO BELO
Construção do terminal marítimo de passageiros e infra-estrutura de apoio aos navios
Implantação de saneamento básico (rede e estação de tratamento de esgoto)
SÃO FRANCISCO DO SUL
Construção de terminal marítimo de passageiros (Portal Naval)
Construção de Portais do Mar

Fonte: Ministério do Turismo, 2004.

QUADRO 4 – COMPONENTE QUATRO: PROMOÇÃO E FORNECIMENTO DE INFORMAÇÃO

REGIONAL
Desenvolvimento e implantação de sistema de informações turísticas
Implantação do programa de certificação da sustentabilidade turística
Implantação da sinalização turística
Elaboração do plano de marketing turístico
Implantação do plano de marketing turístico
Elaboração e edição de Atlas geo-ambiental
Desenvolvimento e implantação de programa de conscientização das comunidades envolvidas

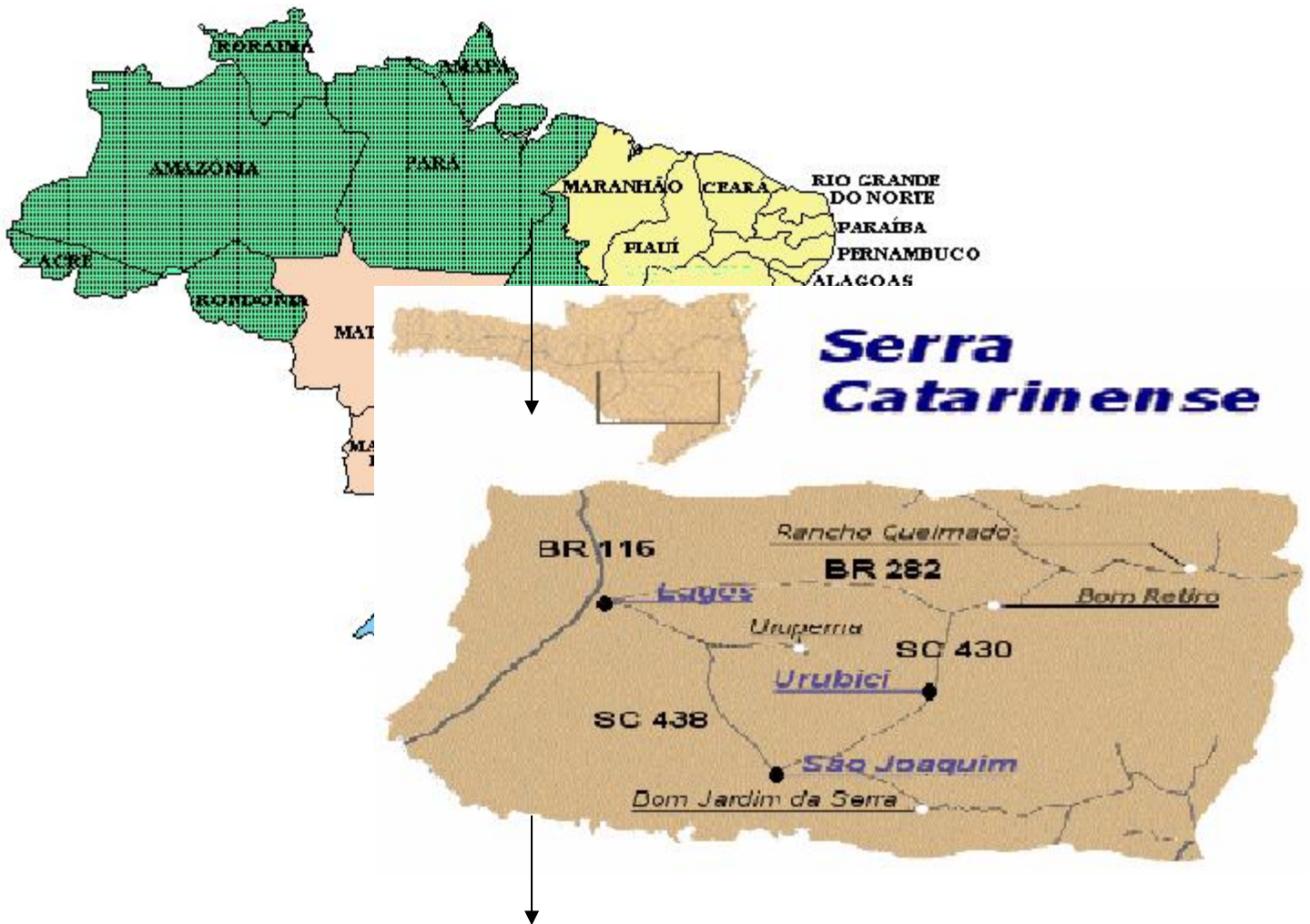
Fonte: Ministério do Turismo, 2004.

QUADRO 5 - COMPONENTE CINCO: APOIO AO SETOR PRIVADO

REGIONAL
Capacitação de agentes do setor privado de turismo

Fonte: Ministério do Turismo, 2004.

ANEXO C - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PLANALTO SERRANO CATARINENSE



Fonte: GUIA NET, 2004; BELA SANTA CATARINA, 2004. (Adaptadas pelos autores, 2004).